

CENTRO DE IMAGEM DIAGNÓSTICOS S.A. - CNPJ: 42.771.949/0018-83

Continuação...				
R\$ 18.871 (R\$ 19.301 em 31 de dezembro de 2020). Parte dos riscos legais da Companhia e de suas controladas são garantidos por cláusulas de responsabilidade estabelecidas em acordo de investimento entre seus acionistas, as quais preveem o ressarcimento de contingências pagas ou assumidas pela Companhia relativas a fatos ocorridos e/ou existentes antes da data de aquisição das controladas, conforme detalhado na nota explicativa nº 7. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, ocorreram movimentações da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que se encontram apresentadas a seguir:				
	Controladora	Consolidado	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Adições	441	2.599	51.793	51.793
Reversões	(331)	(61)	(4.366)	(2.172)
Pagamentos	(62)	(1.060)	(1.245)	(219)
Prescrição, líquido de atualização (i)	(62)	(1.060)	(1.245)	(219)
Saldo no fim do exercício	1.108	1.060	39.336	41.864
(i) Saldo corresponde a prescrição dos riscos legais identificadas na combinação de negócios, uma vez que os fatos que originaram o risco ocorreram há mais de cinco anos. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de depósitos judiciais é de R\$ 601 na controladora e R\$ 23.815 no consolidado para fazer frente aos processos em andamento (R\$413 e R\$ 25.013 respectivamente em 31 de dezembro de 2020). A Companhia e suas controladas figuram no polo passivo em processos administrativos e judiciais cujos riscos de perda são possíveis referem-se a: Tributários: Conforme análise dos assessores jurídicos, foi considerado como perda possível em causas tributárias o montante de R\$ 134.781 em 31 de dezembro de 2021, para o qual a Companhia possui garantias no montante de R\$ 116.387 (R\$ 127.429 de causas tributárias e R\$ 121.353 de garantia em 31 de dezembro de 2020). Cíveis: Segundo análise dos assessores jurídicos, foi considerado como perda possível os processos relativos a danos materiais e morais cujas causas totalizam o montante de R\$ 17.245 em 31 de dezembro de 2021 nos quais a Companhia tem a garantia de R\$ 8.113 (R\$ 12.978 de causas cíveis e R\$ 5.086 de garantia em 31 de dezembro de 2020). Trabalhistas: Os processos trabalhistas em que a Companhia e suas controladas figuram no polo passivo referem-se, principalmente, a questionamentos, nas esferas administrativa e judicial, de iniciativa de funcionários, ex-funcionários e prestadores de serviços referente às cobranças de horas extras, equiparação salarial, redução salarial, encargos sociais e interpretação da legislação trabalhista quanto à ausência de vínculo empregatício. O risco em 31 de dezembro de 2021 foi avaliado em montante de R\$ 20.053, para os quais a Companhia possui R\$ 6.074 de garantia (R\$ 15.985 de causas trabalhistas e R\$ 6.374 de garantia em 31 de dezembro de 2020).				
16. Patrimônio líquido				
Capital social: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito é de R\$ 635.373 (R\$ 635.373 em 31 de dezembro de 2020), dividido em 118.292.816 ações (118.292.816 em 31 de dezembro de 2020).				
Ações ordinárias	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	118.292.816	118.292.816	118.292.816	118.292.816
Instrumentos patrimoniais decorrentes de combinação de negócios (i)	616.673	616.673	616.673	616.673
Ações restritas	2.817	5.168	2.817	5.168
Ações em nome de sócios (ii)	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Outras reservas de capital	(624)	(624)	(624)	(624)
	620.543	622.894	620.543	622.894
(i) Saldo relativo à integralidade das ações dos acionistas das controladas CDB e da Deflin, na qual são consideradas subsidiárias integrais. (ii) A rubrica representa o ágio ou deságio pago na aquisição de participação minoritária em controladas. Ações em tesouraria: Em 27 de maio de 2021 foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração um novo programa de recompra de ações de emissão da Companhia, pelo qual poderão ser adquiridas até 1.730.000 (um milhão setecentos e trinta mil) de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de sua própria emissão. O Programa de Recompra de Ações tem como objetivo: (i) o de viabilizar a concessão de ações restritas no âmbito de plano(s) de remuneração baseada em ações da Companhia; (ii) para eventual pagamento de valor de aquisições de empresas, observada a regulamentação aplicável; e (iii) para manutenção em tesouraria. A aquisição das ações foi realizada no prazo de até 18 (dezoito) meses, com início em 27 de maio de 2021 e término em 25 de novembro de 2022, cabendo aos membros da Diretoria da Companhia definir o melhor momento para realizar a aquisição das ações. A aquisição de ações no contexto do Programa de Recompra ocorrerá mediante aplicação de recursos disponíveis oriundos da conta "Reserva de Capital" da Companhia. A movimentação das ações em tesouraria no exercício se encontra apresentada a seguir:				
	Quantidade de ações	Valor	Custo médio (em R\$)	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.900	106	17.96	
Aquisições	13.061	170	13.01	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	18.961	276	14.56	
Aquisições	12.252	12.25	12.25	
Transferências	(422.753)	(5.031)	11.90	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	596.208	7.497	12.57	
Plano de ações restritas: Programa de outorga de ações restritas: Em 25 de julho de 2019, o Conselho de Administração aprovou o novo Programa de Outorga de Ações Restritas ("2º Plano de Ações Restritas - Plano 2019"), atrelando o incentivo de longo prazo de seus diretores executivos ao desempenho futuro da Companhia. Este plano contemplava o 1º Programa de Outorga de Ações restritas (do Plano de Ações Restritas - Plano 2019) com o total de ações concedidas 2.154.402 ações, representativas de aproximadamente 1,82% do capital social, condicionada a (i) o Beneficiário permanecer continuamente vinculado como colaborador da Companhia ou suas Controladas, pelo Exercício de Permanência definido em Contrato com cada Beneficiário e (ii) for atingido o Indicador de Desempenho definido pelo Conselho de Administração da Companhia a serem apurados após o final do exercício social de 2021. Entretanto, em razão da pandemia causada pelo COVID-19, as metas de desempenho da Companhia previstas no Primeiro Programa, estabelecidas como condição para a entrega das Ações Restritas e as ações referentes ao plano foram prescritas. Em 26 de agosto de 2021 foi aprovado pelo Conselho de Administração um novo programa de outorga de ações restritas do Plano de Ações Restritas ("2º Programa de Outorga de Ações Restritas"). Este 2º Programa de Outorga de Ações restritas está subdividido em dois subprogramas: 1. 2º Programa de Outorga de Ações "Tipo A"; e 2. 2º Programa de Outorga de Ações "Tipo B". Considerando ambos os subprogramas poderão ser outorgadas até 1.746.596 (um milhão setecentas e quarenta e seis mil quinhentas e noventa e seis) ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas, nesta data, de 1,48% (um vírgula quarenta e oito por cento) das ações do capital social da Companhia. 2º Programa de Outorga de Ações "Tipo A": Neste subprograma estão contemplados os executivos do C-Level e outros executivos, com o total de ações concedidas de 867.076 ações, representativas de aproximadamente 0,73% do capital social, condicionada a (i) o Beneficiário permanecer continuamente vinculado como colaborador da Companhia ou suas Controladas, pelo Exercício de Permanência definido em Contrato com cada Beneficiário e (ii) for atingido o Indicador de Desempenho definido pelo Conselho de Administração da Companhia que corresponde a uma média do valor das ações nos meses de janeiro e fevereiro de 2022. A transferência dessas ações (vesting) serão realizadas em dois momentos, sendo 30% em março de 2022 e 70% em março de 2023. Em 26 de agosto de 2021 foram outorgadas 867.076 ações sob esse subprograma. Para a determinação do valor justo das ações outorgadas, a Administração baseou-se na mensuração por meio do modelo "Monte Carlo", no qual foi considerado o valor da ação na data da outorga ponderada por determinadas premissas e preços de mercado disponíveis.				
2º Programa de Outorga de Ações "Tipo A"				
	Monte Carlo	Monte Carlo		
Método de cálculo	31/12/2022	31/03/2023		
Prazo de carência	9,38%	8,72%		
Taxa de juros livre de risco	51,78%	58,81%		
Volatilidade	17,82	17,81		
Valor justo na data de outorga				
2º Programa de Outorga de Ações "Tipo B"				
Neste subprograma estão contemplados os executivos do C-Level com o total de ações concedidas de 753.329 ações, representativas de aproximadamente 0,65% do capital social, condicionada a (i) o Beneficiário permanecer continuamente vinculado como colaborador da Companhia ou suas Controladas, pelo Exercício de Permanência definido em Contrato com cada Beneficiário e (ii) for atingido o Indicador de Desempenho definido pelo Conselho de Administração da Companhia que corresponde a uma média do valor das ações nos meses de janeiro e fevereiro de 2022. A transferência dessas ações (vesting) serão realizadas em dois momentos, sendo 30% em março de 2022 e 70% em março de 2023. Em 26 de agosto de 2021 foram outorgadas 867.076 ações sob esse subprograma. Para a determinação do valor justo das ações outorgadas, a Administração baseou-se na mensuração por meio do modelo "Monte Carlo", no qual foi considerado o valor da ação na data da outorga ponderada por determinadas premissas e preços de mercado disponíveis.				
2º Programa de Outorga de Ações "Tipo B"				
	Monte Carlo	Monte Carlo		
Método de cálculo	31/12/2023	31/03/2024		
Prazo de carência	9,11%	8,72%		
Taxa de juros livre de risco	55%	58,81%		
Volatilidade	17,82	17,81		
Valor justo na data de outorga				
Despesa no resultado exercício: A despesa reconhecida no resultado do exercício correspondente ao plano de ações restritas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$4.588 (R\$5.479 em 31 de dezembro de 2020).				
1º Programa de Outorga de Ações restritas (a)	(5.170)	5.479		
2º Programa de Outorga de Ações "Tipo A" (b)	4.602	-		
2º Programa de Outorga de Ações "Tipo B" (c)	5.153	-		
	4.588	5.479		
(a) Em conexão com os resultados apurados, as metas de desempenho da Companhia previstas no Primeiro Programa, estabelecidas como condição para a entrega das Ações Restritas, não foram atingidas e as ações referentes ao plano foram prescritas. (b) Em 1º de outubro de 2021, em razão de rescisão de contrato de trabalho com certos executivos e em linha com a cláusula de vencimento antecipado do programa de outorga de ações, a Companhia reconheceu R\$4.702 como despesa com "Programa de incentivo de longo prazo" no resultado do exercício, desse modo, 136.289 ações foram exercidas. Nenhuma ação outorgada sob o Plano Tipo A preservou no exercício de 2021. (c) Em 1º de outubro de 2021, em razão de rescisão de contrato de trabalho com certos executivos e em linha com a cláusula de vencimento antecipado do programa de outorga de ações, a Companhia reconheceu R\$4.702 como despesa com "Programa de incentivo de longo prazo" no resultado do exercício, desse modo, 266.464 ações foram exercidas. Nenhuma ação outorgada sob o Plano Tipo B preservou no exercício de 2021. Outros resultados abrangentes: A movimentação dos saldos de outros resultados abrangentes se refere aos resultados apurados sobre as operações de hedge accounting de fluxo de caixa sobre a exposição cambial do Grupo. Resultado líquido: Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 417, IAS 33- Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído. Básico: O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações da controladora pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, se houver. Diluído: O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido ajustado atribuído aos detentores de ações da controladora pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício mais a quantidade de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potentes, incluídas as ações restritas. No entanto, os efeitos dos prejuízos apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estes instrumentos possuem efeito não dilutivo e, portanto, não foram considerados na quantidade total de ações em circulação para determinação do prejuízo diluído por ação.				
Básico				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	(5.625)	(97.416)	(5.625)	(97.416)
Quantidade média das ações em circulação (ações em milhares)	117.548	118.038	117.548	118.038
Lucro (prejuízo) por ação (em R\$) - básico	(0.048)	(0.825)	(0.048)	(0.825)
Diluído				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	(5.625)	(97.416)	(5.625)	(97.416)
Quantidade média das ações em circulação (ações em milhares)	117.548	118.038	117.548	118.038
Efeito diluidor das ações em circulação (ações em milhares)	117.548	118.038	117.548	118.038
Média do número de ações durante os períodos - diluído	(0.048)	(0.825)	(0.048)	(0.825)
Lucro (prejuízo) por ação (em R\$) - diluído				
17. Receita líquida de serviços				
	Controladora	Consolidado	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta de serviços	162.834	101.566	1.223.104	993.357
Receita bruta de construção	-	2.007	1.337	-
Receita bruta total	162.834	101.566	1.225.111	1.000.694
(i) Impostos sobre vendas				
(i) Anulções e glosas	(1.145)	(8.711)	(12.865)	(10.285)
Deduções da receita bruta	(11.845)	(7.743)	(88.539)	(71.907)
Receita operacional líquida	150.989	93.823	1.136.572	928.787
18. Informações sobre a natureza dos custos e despesas reconhecidas na demonstração do resultado				
O Grupo apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração dos resultados são apresentadas a seguir:				
	Consolidado	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Pessoal	(36.933)	(23.743)	(308.858)	(277.996)
Insumos e serviços médico-hospitalares	(22.411)	(14.938)	(196.153)	(170.234)
Serviços de terceiros e outros	(29.684)	(10.620)	(136.544)	(130.789)
Manutenção	(2.667)	(2.825)	(31.623)	(30.415)
Custo de construção	-	-	(1.893)	(1.262)
Depreciação e amortização	(26.186)	(25.512)	(119.604)	(119.177)
Ocupação	(5.537)	-	(41.522)	(39.739)
Programa de incentivo de longo prazo	(4.588)	(5.479)	(4.588)	(5.479)
Perda por distribuição de dividendos desproporcionais	(2.281)	(7.943)	-	-
	(164.937)	(118.247)	(1.054.351)	(950.171)
Custo dos serviços prestados				
Despesas gerais e administrativas	(96.051)	(86.583)	(780.530)	(763.465)
Outras (despesas) receitas, líquidas	(14.714)	(10.342)	(11.887)	(14.550)
	(164.937)	(118.247)	(1.054.351)	(950.171)
19. Resultado financeiro				
Receitas Financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	2.000	1.992	5.688	4.128
Ganho instrumento financeiro derivativo	-	68.458	-	82.138
Outras receitas financeiras	4.336	1.603	2.338	2.338
	6.336	76.497	7.471	88.769
Despesas Financeiras				
Juros sobre empréstimos	(51.976)	(27.388)	(56.126)	(32.328)
Juros sobre arrendamento mercantil	(2.129)	(1.570)	(25.349)	(21.653)
Perda com instrumento financeiro derivativo	-	-	(154)	-
Custo de captação	(2.678)	(2.203)	(2.977)	(2.427)
Juros de contas a pagar por aquisição de empresa	(1.514)	(697)	(2.728)	(1.457)
Juros de parcelamento de impostos	-	-	(117)	-
Outras despesas financeiras	(1.229)	(2.299)	(5.933)	(8.056)
	(59.526)	(34.157)	(93.384)	(66.051)
Variações cambiais, líquidas	(8)	(7.594)	195	(86.662)
Resultado financeiro líquido	(53.180)	(29.254)	(85.718)	(66.944)

20. Tributos diferidos				
a) Imposto de renda e contribuição social				
	Controladora	Consolidado	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (Prejuízo) antes IRPJ e CSLL	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Equivalência patrimonial	(42.253)	(87.854)	2.456	(73.067)
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito (despesa) de IRPJ e CSLL	14.380	29.870	(835)	24.842
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	8.444	(11.620)	2.024	4.169
Perda por dividendos desproporcionais	(776)	(2.701)	-	-
Juros sobre capital próprio recebidos e pagos	(470)	(309)	187	123
Crédito tributário constituído (não constituído) sobre prejuízo/exercício	20.357	(24.612)	(6.196)	(35.939)
Efeito das empresas enquadradas no lucro presumido	-	-	2.741	(11.474)
Outros	(5.267)	(190)	1.611	(1.085)
Total R/CS no resultado do exercício	36.668	(9.562)	468	(19.364)
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	-	-	(28.450)	(24.357)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	36.668	(9.562)	27.982	4.993
Composição do saldo patrimonial do imposto de renda e contribuição social diferidos				
	Controladora	Consolidado	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo fiscal	403.529	327.076	421.870	381.340
Outras diferenças temporárias	23.917	14.820	50.736	53.022
Mais valor de ativos	15.212	13.466	15.212	13.466
Base de cálculo	442.657	355.362	497.818	447.828
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	150.504	120.823	165.858	152.262
Passivo diferido				
	Controladora	Consolidado	31/12/2021	31/12/2020
Diferimento de lucro regime de caixa	-	28.743	34.912	-
Diferimento de lucro instrumento financeiro	-	20.550	-	35.918
Diferimento de Hedge Accounting	-	20.550	28.743	70.921
Base de cálculo	-	34%	34%	34%
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	-	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	-	6.987	9.773	24.113
Classificados como:				
Imposto diferido ativo, compensado	150.502	120.823	165.858	152.262
Imposto diferido ativo líquido - ativo não circulante	-	(6.987)	-	(14.370)
Imposto diferido passivo - não circulante	-	-	9.773	24.113
	150.504	113.836	165.858	137.892
(*) Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía uma base fiscal de imposto de renda				

21. Partes relacionadas

	30/12/2021	31/12/2021		
	Resultado	Ativo	Passivo	
	Ratão e despesas	Notas de Débito	Outros ativos	Outros passivos
	Mútuos	Total	Mútuos	Total
Aliança	-	88	88	-
Alienação de investimentos	-	25.090 b	25.090	-
Alt São Francisco Diag. Imagem CDB	67	12	12	-
CDI Vila Velha	55.463	55.465	55.465	15
CDI Vitória	326	769	769	-
Centro Diagnóstico Cláudio Ramos	766	1.608	1.608	-
Centro Imagens Diag. (Cedimagem)	182	182	-	-
Cientifica Tecnogama	6	16	16	-
Clinica Deflin Gonzalez	2.395	3.620	3.620	3.707
Clinica Sabedott	572	126	126	-
DI Imagem Centro Diag. Integrado Imagem	816	2.749	2.749	-
DI Imagem Diag. Integrado por Imagem	51	33	33	4
DI Imagem I Unidade Ultrassonografia	-	5	5	-
Dividendos a receber	-	5.066	5.066	-
Ideal Diagnósticos por Imagem	19	1	1	-
IMRAD	-	-	-	-
Lab. de Análises Clínicas São Lucas	548	1.454	1.454	-
Laboratório Biolab	1.831	2.444	2.444	-
Mastoclínica Clínica Diagnóstico Imagem	-	-	1.717	1.717
Multilab	898	4.847	4.847	-
Nuclear Diag. Sociedade Simples	1.592	968	954.7	-
Nuclear Medcenter	2	188	188	-
Núcleo de Imagem Diagnósticos	88	42	42	-
Núcleo Diag. Imagem (Cedimagem)	208	-	-	-
Pará de Minas Diag. Por imagem	72	11	11	-
Pro Imagem	244	232	232	-
Pro Imagem Exames Compl.	1.157	15	15	-

CENTRO DE IMAGEM DIAGNÓSTICOS S.A. - CNPJ: 42.771.949/0018-83

Continuação...

	Controladora			
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Mais de 2 anos	Total
Passivo				
Fornecedores	15.318	-	-	15.318
Empréstimos e financiamentos	364.479	268.964	224.957	858.400
Arrendamento mercantil	8.115	8.121	24.329	40.565
Parcelamento de impostos	124	-	-	124
Contas a pagar - aquisição de empresas	14.058	265	-	14.323
Partes relacionadas	-	6.000	-	6.000

	Consolidado			
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Mais de 2 anos	Total
Passivo				
Fornecedores	75.398	-	-	75.398
Empréstimos e financiamentos	420.626	270.490	225.028	916.144
Arrendamento mercantil	58.655	55.230	382.222	496.107
Parcelamento de impostos	2.813	2.096	5.904	10.813
Contas a pagar - aquisição de empresas	43.753	265	-	44.018
Partes relacionadas	-	1.451	-	1.451

23. Transações que não afetam caixa

O Grupo realizou transações que não geraram efeitos de caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Movimentação de garantia de reembolso de contingências	40	1.739	(1.409)	8.582
Remensuração de contratos de arrendamento – IFRS 16	11.734	3.899	46.185	23.436
Adição e baixa de contratos de arrendamento – IFRS 16	6.043	-	42.211	33.733

24. Eventos subsequentes

Contrato de Compra e Venda de ações do bloco de controle da Companhia: Em 21 de dezembro de 2021, os acionistas membros do bloco de controle da Companhia ("Acionistas Controladores" ou "Vendedores") e o Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Comprador") firmaram contrato de compra e venda de ações de emissão da Companhia para a alienação de até a totalidade das ações detidas pelos Acionistas Controladores, que representam 52,75% do capital social da Companhia. Foi conferido aos Acionistas Controladores o direito de excluir ações do montante total de ações a serem alienadas, sem qualquer restrição ou consequência. Desta forma, a quantidade final de ações a serem efetivamente adquiridas pelo Comprador, bem como a efetiva implementação da Operação, os membros do conselho de administração da Companhia indicados pelos Acionistas Controladores deverão renunciar aos respectivos cargos. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") aprovou a operação em 20 de janeiro de 2022, sem restrições, e no dia 08 de fevereiro de 2022 foi publicada a certidão atestando o trânsito em julgado da decisão. O fechamento da transação está, ainda, sujeito ao cumprimento de outras condições usuais de contratos desta natureza. No dia 09 de fevereiro de 2022, em aditivo firmado entre as partes, foi estabelecida como condição precedente em favor do Comprador a data mínima de 31 de março de 2022 para consumação do fechamento da operação. **Alongamento de dívida:** Em linha com a estratégia financeira, a fim de alongar o cronograma de vencimentos de suas dívidas, reduzindo assim a concentração de vencimentos de empréstimos e financiamentos no curto prazo, nos dias 10 e 11 de março de 2022, o Grupo concluiu novas captações junto ao Banco Santander nos valores de R\$ 50.000 e R\$ 70.000, respectivamente. Os recursos foram utilizados para quitação de dívidas que se dariam no mês de março de 2022, conforme itens vi e vii da nota explicativa nº 12, e possuem prazo de pagamento de 60 meses.

25. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2022.

DIRETORIA

Karla Maciel Dolabella
Diretora Presidente e Diretora de Relações com Investidores

Gustavo Meirelles
Diretor Médico

Antônio Carlos Messias
Diretor de Infraestrutura

Miguel Martins Alcântara Júnior
Diretor de Tecnologia e Informação

Simone Aparecida da Silva Pinto e Lotti Oliva
Diretora Jurídica e de Compliance

Leandro Vaz Figueira
Diretor de Relacionamento

Thiago Rodrigues Porto
CRC-MG 098.233/O

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as informações trimestrais (Controladora e Consolidado) relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 16 de março de 2022.

Diretora Presidente e Diretora de Relações com Investidores - Karla Maciel Dolabella
Diretor Médico - Gustavo Meirelles

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no relatório dos Auditores Independentes, datado em 16 de março de 2022, relativo às informações trimestrais (Controladora e Consolidado) referente ao período findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 16 de março de 2022.

Diretora Presidente e Diretora de Relações com Investidores - Karla Maciel Dolabella
Diretor Médico - Gustavo Meirelles

Parer do Conselho fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da CENTRO DE IMAGEM DIAGNÓSTICOS S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, nos termos do artigo 163, incisos II e VII, da Lei 6.404/76, procederam à análise das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas tomadas em seu conjunto e o Relatório Anual da Administração, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, e com base nas análises efetuadas, nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando ainda, os termos da ata do Conselho Fiscal desta data, o relatório sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras da Ernst & Young Auditores Independentes, datado de 16 de março de 2022 e seus esclarecimentos, concluíram que os documentos acima, estão adequadamente apresentados em seus aspectos relevantes, e opinam favoravelmente pelo seu encaminhamento para deliberação em Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

São Paulo, 16 de março de 2022.

Presidente - Walter Mallas Machado de Barros

Membro Efetivo - Marcello João Pacheco

Membro Efetivo - Massao Fábio Oya

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À Diretoria e ao Conselho de Administração do

Centro de Imagem Diagnósticos S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Centro de Imagem Diagnósticos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Imagem Diagnósticos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Centro de Imagem Diagnósticos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Avaliação do valor recuperável de ativo:** De acordo com a *CPC 01 (R1)* e *IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos*, a Companhia deve testar, ao menos anualmente, o valor recuperável do ativo ou ativo de vida útil indefinida para determinar se houve perda do valor recuperável em comparação ao seu valor contábil. Esse teste anual de valor recuperável, divulgado na nota explicativa 10, foi importante para a nossa auditoria, devido à relevância do saldo consolidado de ativo em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$844.768 mil, que está relacionado a várias unidades geradoras de caixa, e também pelo nível de julgamento e complexidade das premissas aplicadas na estimativa do valor recuperável desse ativo. Entre as principais premissas, destacamos: determinação das unidades geradoras de caixa, taxa de desconto, projeção de inflação, percentuais de crescimento e rentabilidade futura dos negócios da Companhia. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos

procedimentos de auditoria incluíram, entre outros o envolvimento de especialistas em modelagem para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologias usadas pelo Companhia, em particular aquelas relacionadas às estimativas de receitas futuras, margens de lucro, taxa de crescimento e taxa de desconto. Efetuamos ainda a avaliação dos critérios de definição e identificação das unidades geradoras de caixa, bem como a comparação das principais premissas com dados externos, quando disponível. Adicionalmente: (i) avaliamos a exatidão e integridade das informações utilizadas nos cálculos; (ii) realizamos revisão retrospectiva de projeções anteriores para avaliar a assertividade das projeções elaboradas pela diretoria e sua correlação com os resultados subsequentes; (iii) realizamos cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas, e; (iv) avaliamos a adequação das divulgações da Companhia. Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados no teste de valor recuperável do ativo, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos que as avaliações de valor recuperável do ativo decorrente de aquisição de empresas, preparadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.2.f), 2.2.t) e 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Realização de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos na controladora decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social:** De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), um ativo fiscal diferido deve ser reconhecido com relação aos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e créditos fiscais não utilizados na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais esse ativo fiscal diferido possa ser realizado. Conforme divulgado na nota explicativa 20, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía, na controladora, saldo relevante de ativo fiscal diferido, principalmente decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, no valor de R\$150.502 mil. Há um risco de que os lucros tributáveis futuros não sejam suficientes para realizar integralmente o saldo do ativo fiscal diferido. A diretoria efetua a análise da recuperabilidade do ativo fiscal diferido com base em projeções que contêm estimativas de lucros tributáveis futuros e estratégias de planejamento fiscal. A avaliação da realização do ativo fiscal diferido é significativa para nossa auditoria em decorrência da materialidade do saldo e pela complexidade do processo de avaliação, que envolve julgamentos e estimativas na projeção de lucros tributáveis futuros e da capacidade da Companhia em executar as estratégias tributárias. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Os testes de auditoria realizados sobre a expectativa de realização do ativo fiscal diferido incluíram, entre outros, o uso de especialistas tributários para auxiliar na análise da razoabilidade do saldo do ativo fiscal diferido e sua realização. Nossas análises incluíram a revisão das premissas e julgamentos utilizados nestas projeções, bem como as sensibilidades das projeções de lucro tributável futuro. Adicionalmente: (i) verificamos evidências de aprovações internas para estratégias fiscais a serem adotadas pela Companhia; (ii) avaliamos a exatidão e integridade das informações utilizadas nos cálculos; (iii) realizamos uma revisão retrospectiva de projeções anteriores para avaliar a assertividade das projeções elaboradas pela diretoria e sua correlação com os resultados subsequentes, e; (iv) realizamos cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas. Avaliamos, também, a adequação das divulgações nas demonstrações financeiras de acordo com os requerimentos das normas contábeis *CPC 32* e *IAS 12 Tributos sobre o Lucro*. Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados no teste de realização do ativo fiscal diferido na controladora, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos que as avaliações de recuperabilidade do saldo do ativo fiscal diferido na controladora, preparada pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.2.i), 2.2.j) e 20, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Reconhecimento de receita - prestação de serviços de medicina diagnóstica:** Em 31 de dezembro de 2021, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia apresentaram receitas totais no montante de R\$150.989 mil e R\$1.136.572 mil, respectivamente. As receitas da Companhia são principalmente oriundas de prestação de serviços e o reconhecimento é efetuado com base nos serviços realizados até a data do balanço, para os quais é necessário determinar o montante da receita a ser reconhecida, considerando os serviços faturados, mas também aqueles prestados, mas ainda não faturados. Devido à relevância das transações e o alto número de localidades onde os serviços são prestados, incluindo a mensuração das receitas a faturar, o que pode impactar o valor das receitas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossos trabalhos de auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Efetuamos entendimento dos controles internos chave relacionados ao processo de reconhecimento da receita durante o exercício de 2021, especificamente os relacionados ao faturamento dos serviços prestados e à mensuração dos serviços prestados e ainda não faturados (receita a faturar), bem como a adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia. Observamos deficiências no desenho de controles internos relativos ao reconhecimento de receita que alteraram nossa avaliação quanto a natureza, época e amplitude a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidência de auditoria suficientes e adequadas referentes ao reconhecimento da receita. Realizamos testes documentais, em base amostral, sobre a existência e valorização da receita sobre serviços faturados, além de testes documentais, em base amostral, avaliando o momento do reconhecimento da receita de serviços a faturar, face ao cumprimento das obrigações de performance. Além disso, avaliamos a existência de tendências não usuais que poderiam indicar erros materiais no reconhecimento de receita e consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras. Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de redução das receitas auferidas em 2021, sendo este ajuste não registrado pela diretoria tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas oriundas da prestação de serviços de medicina diagnóstica, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento destas receitas adotadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.2.n) e 17, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são

consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da Governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 16 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6

Yago Freitas de Paula
Contador CRC-MG091499/O-3